

Cronologia absoluta e relativa da construção, uso e condenação do Crasto de Palheiros: uma exposição sintética

2007. In S.O. Jorge; A.M.S. Bettencourt e I. Figueiral (ed.). *A Concepção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Atas do 4.º Congresso Nacional de Arqueologia Peninsular, 2004. Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve*, pp. 107-120

Maria de Jesus Sanches

Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Faculdade de Letras
Universidade do Porto
msanches@vianw.pt

ABSTRACT

New 14C dates for the pre-historic occupation of Crasto de Palheiros (3rd millennium BC) are presented and discussed. The critical analysis of dates and contexts allows us to identify and characterize the different building phases, which shaped space, both in formal and symbolic terms.

KEY-WORDS

C14 Chronology; mega-architecture; architectonic/formal plans

INTRODUÇÃO¹

Uma das questões que tem presidido ao estudo do Crasto de Palheiros (Murça – Vila Real) (Fig. 1) é a da cronologia absoluta e relativa desta mega arquitectura pré-histórica na medida em que é aquela que permite a colocação doutros problemas relativos à génese, ocupação e significado desta estação no contexto das comunidades do 3.º milénio AC na bacia de Mirandela.

A cronologia permite uma outra discussão relativa, por ex., às condições que terão dado origem aos planos arquitectónicos/formais, ou seja, aos possíveis projectos, bem como ao uso e grau de reformulação dos espaços que se foram criando e alterando ao longo do tempo. Um elevado número de construções europeias (Bradley, 1998: 71-73), e peninsulares, do 4.º e 3.º milénios AC, são precisamente assumidas não como “obras acabadas”, mas como projectos em constante alteração. No Crasto de Palheiros a conjugação dos dados arqueográficos e arqueológicos, topográfico-espaciais, com as datas de radiocarbono, permite colocar a hipótese da emergência dum modelo muito simples, mas original e único, de monumentalização, que, para a sua execução, se alicerça em tradições construtivas regionais e locais, tal como escrevemos recentemente (Sanches, 2003; 2004). Passamos a apresentar de modo resumido as linhas fundamentais da nossa análise, publicadas naqueles textos (*Idem, Ibidem*) e que são objecto de discussão cronológica no pre-

sente artigo. Para entender a originalidade da “arquitectura” do Crasto de Palheiros ao nível local, no seio das comunidades calcolíticas que a conceberam e dela fizeram uso, procura-se uma explicação de âmbito menos universalista do que aquela que perpassa como pano de fundo à “necessidade” que certas sociedades pré-históricas tiveram em criar, manter e transformar, grandes criações arquitectónicas que, à luz dos nossos conceitos actuais, parecem desapropriadas ou desajustadas.

Porém, apesar desta intenção, e mesmo usando técnicas intensivas de recolha (como a flutuação de grandes quantidades de sedimentos queimados), verifica-se que os sedimentos calcolíticos do Crasto contêm fracas quantidades de carvão. As ocupações da I. do Ferro, bem como as práticas agrícolas no local, também afectaram muitos contextos inviabilizando as datações e afectando muitos dos resultados, como veremos. Assim, o conjunto das datas aqui presentes revela-se ainda exíguo para responder adequadamente ao “programa” de desenvolvimento arquitectónico e ocupacional da mega arquitectura que é o Crasto.

¹ Por razões pessoais não pudemos elaborar nem apresentar em Faro a comunicação para a qual nos inscrevemos. Em sua substituição, e após a aceitação deste título pela responsável da sessão, Susana Oliveira Jorge, publicamos aqui este texto cujo espírito e âmbito científico se integra nos propósitos daquela sessão.

1. ESPAÇOS E ARQUITECTURAS ESTRUTURANTES DO CRASTO DE PALHEIROS

Nos dias de hoje é já difícil avaliar nos seus pormenores a “pré-existência” topográfica anterior às construções neste sítio. Contudo, a sua configuração geral leva-nos a pensar que aquela foi determinante na concepção arquitectónica do monumento, mormente porque se nota um cuidado especial em manter muitos dos afloramentos à vista. Mais, procura-se mesmo “imitar” a sua inclinação por meio de similares construções de pedra seca que estabelecem a sua união, tal como é claramente evidenciado, por ex., no Talude Interno Norte (Fig. 4) ou no Talude Externo do mesmo lado.

Também a crista quartzítica, cortada na vertical do lado sul, e cuja topografia se desenvolve em zonas aplanadas topograficamente muito desniveladas, em escada, estabelece desde logo uma hierarquia de espaços – um mais sobrelevado e outro mais baixo (Fig. 4). Esta hierarquia espacial e altimetricamente tão notória poderá ter induzido desde logo um modelo formal de monumentalização que consistiu na construção de um imponente talude pétreo (Talude Interno – TI) que rodeia e regulariza de modo uniforme a plataforma superior (PS) – *dando origem a um recinto interno ou superior* –, bem como de um outro, mais possante e mais largo (Talude Externo – TE), mas não tão inclinado, que delimita a plataforma inferior (PI), muito mais baixa criando, deste modo, *o recinto exterior*. Este desenvolve-se de modo concêntrico relativamente ao primeiro (Fig. 3).

Estes taludes desenham-se em plano inclinado, ou rampa pétreo de configuração específica ou formal-estética variada (arcos descentrados, pequenos alinhamentos subverticais de pedras, etc.) (Fig. 4, 6), mas o talude exterior (TE) é genericamente mais largo e menos inclinado que o interior (TI). O primeiro tem em média 20/21 m de largura (excepto na zona sul) por 6/7 m de altura, o segundo cerca de 7 metros de largura por 8/10 metros de altura².

Os taludes são *enormes e possantes construções* que tanto incluem pedras de médio como de grande porte e que *ocupam, afinal, mais espaço útil do que aquele que circunscrevem em ambos os recintos ou plataformas*. Sendo a matéria-prima toda em quartzito, todas as pedras são muito pesadas, o que obrigaria a uma apurada técnica construtiva – extremamente mais complexa do que aquela exigida na construção dum muro vertical –, pois, sem ela, a pressão exercida pelo peso nas partes mais altas faria ruir toda a construção. O uso de argila ou terra argilosa como “ligante” é corrente; como matéria-prima que molda de modo estrutural os taludes, também se regista com frequência (particularmente no Talude externo Leste).

2. CRONOLOGIA ABSOLUTA: CONTEXTOS E ÁREAS FORMAIS DATADOS

2.1. Talude Externo: parte Leste (TEL) e Norte (TEN) (Quadros 1 e 2)

Havendo ocupações, ou vestígios de acções variadas nos sedimentos da base, ou zona inferior, do talude externo, quer na parte norte (TEN), quer na parte leste (TEL), procedemos a um programa de datações sistemáticas desses contextos.

As escavações de 2003 mostraram que em ambas as áreas escavadas aquelas não indicam ocupações prévias à construção destas arquitecturas, como tínhamos discutido em textos anteriores (Sanches, 2000-01; 2003). Trata-se antes de acções já desenvolvidas nos espaços circundados e/ou sustidos por alongadas construções que vencem ao de leve, ou cabalmente, a encosta e que são afinal as estruturas de arranque exterior, e mesmo de desenvolvimento, da parte periférica dos taludes. Deverão aqueles vestígios ser interpretados como decorrentes de acções variadas, algumas formalmente de carácter “doméstico”, outras de mais difícil interpretação, que são intencionalmente levadas a cabo durante os momentos iniciais de construção destas grandes rampas pétreas.

No Talude externo leste aguarda-se ainda a datação de uma grande estrutura de combustão (Lx. 148.3) usada e reutilizada por diversas vezes e donde foram recolhidos alguns carvões e sementes carbonizadas: cevada (36 grãos), ervilha e uma fabácea não cultivada (Figueiral, 2005)³. Dispostos, deste mesmo nível de uso, da data duma pequeníssima estrutura subcircular rodeada de pedras metidas em cunha no solo argiloso da base, e selada por 3 pequenas pedras (Lx. 148.4). Forneceu a seguinte data: Ua 6316-3895±50 BP que, calibrada a 2 sigma, a situa entre 2546-2203 AC. Aguarda-se ainda uma outra data desta estrutura cuja amostra se encontra no CSIC.

Não havendo razões para pôr em causa esta data, então poderemos dizer que o TEL já se encontrava “em construção” neste período (entre cerca de **2500 e 2200 AC**).

Na parte inferior (ou base) do Talude externo norte foram datadas manchas alargadas de terra queimada e carvão (Lx. 20.1 e Lx. 20.4), que continham sementes de cevada, trigo, medronhos, além de alguns ossos pequenos, associadas a material arqueológico, que forneceram as datas 2, 3, 4 e 5 do quadro 1, e que se revelaram anómalas. No mesmo nível, sobre o solo geológico, mas numa zona mais protegida superiormente por pedras encaixadas do talude, foi ainda

² A altura refere-se à diferença de cota entra a parte mais baixa do talude (na sua periferia) e do seu topo, quando este recobre a plataforma.

³ Todas as identificações de carvões e sementes que nomearemos ao longo deste artigo se encontram no texto de Isabel Figueiral, acima citado e ainda em publicação.

datada uma pequena concentração de carvão e terra queimada (Lx. 20.6), no seio da qual se encontrava uma placa rectangular em barro (ou peso de tear, o único recolhido até à actualidade nesta estação). Forneceu a única data aceitável para este nível – Ua 22213-3950±45 BP, que calibrada a 2 sigma se situa entre 2567-2292 AC.

Também a amostra Ua 22217-2840±45 BP (cal. 2 sigma: 1206-844 AC), não datará o contexto donde foi retirada (Lx. 28.1). Tratar-se-ia provavelmente do momento seguinte da construção do talude, construção essa que incluiu a realização alargada de queimadas, de que resta um nível quase contínuo de terra queimada com alguns carvões.

Dado que todos estes contextos não estavam aparentemente remexidos e incluíam espólio indubitavelmente calcólico, só encontramos uma explicação para os valores anómalos das datas Ua-22214, Ua-22215, Ua-22216, Ua-22282 e Ua-22217. Teria sido a abertura do grande estradão nos anos de 1980 (que cruzou diagonalmente o talude), que teria permitido o desenvolvimento de carrascos, estevas e urzes, cujas grossas raízes procuraram a base, húmida, desse talude parcialmente decapitado.

Assumimos assim provisoriamente que a data Ua 22213: **2567-2292 AC** datará *um dos momentos iniciais da construção do Talude exterior norte* (TEN), embora ainda se encontre em datação uma outra amostra deste nível, que poderá confirmar ou precisar melhor esta hipótese cronológica.

Relativamente ao talude externo – área leste (TEL) e área norte (TEN) –, e com base nos valores das únicas duas datas aceitáveis, *poderemos colocar a hipótese de ambos os troços terem sido construídos no mesmo período aproximado* (se em simultâneo, ou não, não podemos ainda avaliar), *entre cerca de 2500 e 2300/2200 AC.*

2.2. Recinto inferior: Plataforma Inferior Leste (PIL) (Quadro 2)

Nesta plataforma escavaram-se variadas estruturas habitacionais, algumas das quais foram intencionalmente seladas, outras provavelmente transformadas no decurso duma utilização que cremos intensa. Num momento terminal estas estruturas ou o que delas restava, bem como os sedimentos da plataforma, foram deliberadamente cobertos por uma capaça pétreia (ou empedrado) nalgumas zonas, de pedra mais miúda noutras e provavelmente só de argila nas restantes (Sanches, 2000-01). Estamos a falar da condenação intencional deste recinto⁴.

Não havendo carvão para datar o momento de condenação, foram analisadas 4 estruturas habitacionais do nível subjacente: a) *duas imediatamente sobre o solo geológico* – a base duma estrutura de combustão rodeada de pedras (Lx. 41.2) e uma outra estrutura de combustão em mancha sub-circular (Lx. 109.2); b) *já sobre alguns sedimentos com ma-*

teriais arqueológicos, uma estrutura rodeada de pedras fincadas, que continha material arqueológico (Lx. 118), e que estava selada por uma, outra similar (Lx. 117); c) uma alargada área de combustão (Lx. 112) *situada no topo deste nível de ocupação* (2b), subjacente ao empedrado e que “selava” também a estrutura Lx. 117⁵.

Verifica-se que os valores das datas das estruturas da base (CSIC-1617, Ua-22212) e topo da camada 2b (Ua-18528) são concordantes (recobrem-se estatisticamente de modo estreito) e situam a ocupação “doméstica” da plataforma inferior leste entre 2860/2700-2470 AC (calib. a 2 sigmas). A aceitação destas 3 datas, que se sobrepõem estatisticamente quase em absoluto, torna inviável o valor daquela da estrutura Lx. 118 pois estratigraficamente esta antecede a área de combustão Lx. 112, como fizéramos notar em publicação anterior (Sanches, 2003).

Deste modo a *primeira utilização da plataforma inferior* (que o Talude externo irá posteriormente transformar em recinto) *situa-se adentro da cronologia apontada: 2860/2700-2470 AC.*

2.3. Recinto superior: Plataforma Superior Leste (PSL) e Plataforma superior Norte (PSN) (Quadro 3)

Na Plataforma superior as quatro datas que aqui apresentamos referem-se todas a contextos terminais da ocupação do recinto superior, quer dizer às acções relacionadas com a condenação destes espaços.

Na zona leste – PSL –, como já tivemos oportunidade de referir em publicações anteriores (Sanches, 2000-01; 2003), o valor da data CSIC-1216-3729±39BP deverá ser demasiado recente, a não ser que se considere o valor da outra data – CSIC-1280-4087±34 BP como demasiado antiga. Ora, a primeira refere-se a uma estrutura de combustão (Lx. 9) com pouco carvão que se encontrava no topo da sequência estratigráfica, sendo coberta somente por 12 cm de solo húmido. Trata-se duma área onde a condenação parece ter sido feita com argila, esta no presente quase totalmente transformada em solo húmido pela grande erosão a que esteve sujeita. A segunda (CSIC-1280) provém duma alargada mancha de terra queimada (Lx. 20.4), situada quase no topo da sequência estratigráfica pois era ainda selada por uma camada de argila vermelha uniforme onde se encaixavam de modo imbricado as pedras da couraça superior ou empedrado terminal. Refere-se ao contexto de selagem duma estrutura

⁴ As condenações têm sido colocadas na fase II-2, embora esse faseamento não tenha valor cronológico específico, mas somente “construtivo” (Sanches, 2003).

⁵ Ver Sanches 2000-01, Fig. 9, em cujo corte estratigráfico N-S figuram as estruturas Lx. 118, Lx. 117, bem como o nível de carvão no topo da camada 2b (Lx. 112).

pétreo sublosângica ao lado da qual foi “escondido”, sob argila, um vasinho cerâmico; a mancha de terra queimada aqui datada encostava àquela estrutura e integrava ainda uma pedra com várias covinhas.

Optamos por valorizar esta última por razões contextuais, descartando provisoriamente a primeira, o que nos permite colocar o encerramento da Plataforma (PSL) entre 2860 e 2495 AC, tal como acontece na Plataforma superior norte (PSN) onde a data Ua-22884 (4035±35 BP) também situa as últimas acções de condenação dessa área entre 2855 e 2462 AC.

Com efeito, também na PSN a condenação se parece ter processado através do alteamento paulatino do talude interno e do seu alongamento pela plataforma adentro, através do empedrado que, na sua fase terminal, desenhava alargadas zonas cobertas de pedras, intercaladas de áreas cobertas de sedimentos argilosos (também muitas vezes já grandemente transformados em solo humoso). Sob estas últimas encontram-se estruturas semicirculares definidas perifericamente por pedras fincadas.

O prolongamento da estrutura pétreo, ou “couraça” do talude para a plataforma não consistiu somente num acto construtivo (nem aqui nem na PSL), mas antes numa estruturação de acções “técnicas” e “não técnicas” de que dão conta: (i) pequenas áreas com sedimentos carregados de material arqueológico; (ii) outras vezes os mesmos sedimentos tem cumulativamente vestígios de realização de fogo, como é o caso daqueles onde foi recolhida a amostra 3 do quadro 3 (Lx. 40.1); (iii) pequenas estruturas pétreas sub-circulares, sem espaço interior reservado mas feito somente por pedras imbricadas e que guardam, entre as pedras, espólio muito variado (moinhos, percutores, lascas, cerâmica, etc.). Tudo isto aparece coberto com pedras, ou seja, com uma carapaça pétreo que volta a inserir quantidades inusitadas de material arqueológico.

Como dissemos, foi sob o empedrado terminal, e numa área circundante duma estrutura pétreo, que foi recolhida a amostra que forneceu a data Ua 22284-4035±35 BP (2855-2462 cal AC a 2 sigmas).

Já na zona mais recuada da plataforma norte, ainda parcialmente escavada (pois aí quase não se escavou além do solo humoso) detectaram-se duas estruturas semicirculares definidas perifericamente por pedras fincadas e a cujas paredes internas e externas encostavam deposições de cereais (trigo e/ou trigo e cevada) realizadas em depressões cavadas no solo argiloso. Foi uma destas deposições (Lx. 30), que continha trigo, mas também alguma cevada, que foi datada, tendo fornecido a data Ua 22883-2000±45 BP, que nos parece completamente anómala.

Dado que esta estação tem uma intensa ocupação da I. do Ferro, poderia colocar-se a hipótese de se tratar de sedimentos da ocupação mais recente. Porém, nesta área não

foi detectada qualquer ocupação da I. do Ferro; a escavação do topo da camada arqueológica sob o solo humoso só forneceu espólio calcolítico e, finalmente, o modo de deposição de sementes assemelha-se formalmente a muitas outras deposições (sementes, ossos), caracteristicamente calcolíticas. Deste modo, resta-nos aguardar novas datações, bem como prosseguir a escavação desta plataforma para, de modo relacional, procurar entender melhor esta datação que por ora descartamos.

Valorizando então as duas datas Ua-22884 (PSN) e CSIC-1280 (PSL), podemos colocar as acções terminais de encerramento do recinto superior entre cerca de 2800 e 2500 AC.

3. CONSTRUÇÃO/USO E CONDENAÇÃO DO CRASTO – A PROPOSTA CRONOLÓGICA POSSÍVEL

(Consultar Figura 7).

Em publicações anteriores (Sanches, 2003; 2000-2001) expressámos duas ideias que a exposição atrás permite precisar, num caso, e infirmar, noutro.

A primeira foi a de que o talude interno (TI) deveria ter sido construído antes do talude externo (TE) por razões *meramente construtivas* pois no primeiro, sendo extremamente inclinado, qualquer distração na movimentação das pedras poderia ser fatal para *construções e pessoas* que se encontrassem na plataforma inferior ou no talude exterior. Esta interpretação é sustentada agora com a cronologia absoluta.

A segunda considerava que as ocupações da plataforma inferior, ou recinto exterior, tinham de ser posteriores à construção do Talude Externo pois assumia-se que a plataforma tinha sido delineada e regularizada estruturalmente pelo talude, embora tal facto só tivesse sido verificado arqueologicamente na parte sul (Talude sul). Esta ideia acaba de ser posta em causa não somente pelas datas de C14 (que ainda são em fraco número), como também pela observação estratigráfica mais cuidada quer da estrutura construtiva do Talude Leste, quer do recinto externo.

Façamos então a síntese possível da relação dalguns momentos de ocupação com a cronologia absoluta

Como foi expressado anteriormente (Sanches, 2003), é provável que as razões que levaram as populações regionais do Neolítico Final – Calcolítico à construção desta grande arquitectura cénica, tenham tido não somente a ver com o facto de a crista quartzítica ser assertiva na paisagem periférica – assumindo-se como *pivot* de povoamento –, mas também, cumulativamente, com a carga simbólica que o local adquirira para as populações regionais. Aquela teria sido decorrente do uso do maciço quartzítico para a exploração de quartzo de filão – matéria-prima de que é feita a maioria dos instrumentos líticos regionais desta época –, pelo que a sua

transformação arquitectónica tão marcante indicaria como que a apropriação simbólica e efectiva dum local frequentado por diversos grupos locais e regionais durante a segunda metade do 4.º e o início do 3.º mil. AC. Indicaria, cremos, a necessidade de negociação dum novo poder e dum novo uso do território, até aí marcado por comunidades megalíticas mais “móveis”, quer dizer, com povoados de mais curta duração: 10-15 anos (Sanchez, 2000).

Não escavámos níveis discretos que permitam alicerçar esta hipótese, mas alguns indícios no Crasto⁶ aconselhamos a retê-la para futura confirmação.

A descontinuidade estratigráfica entre o recinto superior e o inferior obrigam à valorização das datas e seus contextos na construção cronológica.

Ora, as datas apontam no sentido da *monumentalização se ter iniciado* com a construção do talude interno (TI), ou seja, com a delimitação pétreia da plataforma interior/superior, dando origem ao primeiro recinto, **o recinto superior**, entre cerca de **2860 e 2500 AC**. Este poderia ter sido encimado por um muro de terra argilosa (Fig. 5). A delimitação pétreia e regularização desta plataforma, que se assume agora como um palco relativamente à estação e à paisagem exterior, enfatiza a hierarquização topográfica e estabelece desde logo uma diferença formal, arquitectónica, nesta estação (Fig. 2 e 3).

Durante o tempo de construção/uso deste recinto a *plataforma inferior teria sido usada como habitat permanente* – com pequenos contingentes que procederiam à manutenção das estruturas, e que deveriam ter sido socialmente escolhidos ou eleitos ao nível regional – *ou temporário* –, em períodos específicos, onde poderiam ter lugar acções de construção, ampliação ou reformulação, dos espaços internos.

Na realidade, a ocupação da *plataforma inferior* (PI), tal como é indicado arqueológica e arqueograficamente na zona leste, deve ter-se iniciado aproximadamente na mesma altura do TI pois as datas das estruturas domésticas desta área (antes da sua condenação terminal) situam-na entre cerca de **2860/2700 e 2470 AC**.

Em apoio desta hipótese, temos o facto de o talude interno leste (TIL)⁷ quase não conter material arqueológico (ao contrário do talude exterior – TE). Aquele talude (TIL) teria sido desde logo construído por populações que teriam utilizado a plataforma inferior como habitat permanente ou temporário, repetimos, mas que ainda não deslocavam os sedimentos e seus “restos” para o miolo ou para sectores dos taludes, procedimento que vai ser sistemático mais tarde, na construção do talude externo (TE).

Esta plataforma inferior (PIL) é delimitada por afloramentos, particularmente do lado sudeste, afloramentos esses que num momento posterior deram origem à construção do talude externo ou periférico.

O recinto superior continha alguns vestígios de estrutu-

ras “habitacionais” articuláveis com o indiciado muro de terra argilosa e outros materiais perecíveis. Foram objecto de encerramento posterior (momento que foi aqui datado), e esta condenação pode ter ocorrido a par do encerramento das estruturas habitacionais da plataforma inferior, bem como da construção doutras nesta área (Fig. 6).

Em esclarecimento desta interpretação, faz-se notar aqui que os taludes, arquitecturas que praticamente conformam morfológica e espacialmente todo o sítio, são muito mais do que unidades construtivas. Personificam o carácter do monumento pois retêm, escondendo de modo claramente intencional, estruturas e “restos” que cremos fundamentais em termos sociais e cosmogónicos, e sem os quais o Crasto perderia o seu sentido para estas comunidades regionais. Esta arquitectura, imponente na sua forma e topografia, desenhase como social e politicamente dominadora, se vista de fora, o que daria origem a conflitos e rupturas entre diferentes grupos sociais ou mesmo entre comunidades; mas, se fosse regionalmente partilhada no seu conteúdo simbólico, embora fazendo sentir o seu grande poder, constituiria um elemento positivo nas novas directivas sociais e políticas que seria necessário negociar.

No entanto, o Talude interno (TI) distingue-se neste aspecto do Talude externo (TE). O talude interno, no seu início, quando se destina fundamentalmente a “vencer” ou “forçar” a encosta (Fig. 4, 5 e 6), é uma construção onde a intencionalidade técnica de regularizar, enfatizando o recinto superior, parece dominar qualquer outra. Só as actividades desenvolvidas neste recinto, rodeado, como cremos, dum muro de terra argilosa e doutros materiais perecíveis, vão sendo paulatinamente retidas – ou mimeticamente retidas pelos seus dejectos ou estruturas. Tudo isto seria conseguido pelo encerramento contínuo destes espaços através da destruição do muro e do alteamento sucessivo do rebordo do talude, que culmina na invasão parcial da plataforma, através do empedrado ou carapaça pétreia.

O Talude externo (TE) alberga, desde a sua fundação, não somente estruturas e deposições relacionadas com acções variadas, aí desenvolvidas (lareiras ou áreas de combustão com cereais, medronhos, etc; pequenas fossas e possíveis buracos de poste, estruturas pétreas, pequenas concentrações de ossos), à semelhança daquelas patentes no recinto superior, como ainda uma enorme quantidade de artefactos misturados com sedimentos e pedras (estas cuidadosamente encaixadas entre si), quer dizer, material que aparentemente poderia ser interpretado como decorrente de uma mera reutilização como matéria-prima. Este facto sempre nos

⁶ Como os instrumentos líticos e algumas cerâmicas arcaicas exumadas sobre o solo geológico na base do Talude interno leste (TIL), além de outros.

⁷ O Talude interno norte ainda não foi desmontado.

inquietou, não somente pela sua quantidade e variedade, como pelo facto de muitos fragmentos cerâmicos não terem arestas boleadas e admitirem colagens em áreas muito próximas, como ainda por se identificarem morfológica e estilisticamente com aqueles da plataforma inferior (PI). O Talude externo é assim, predominantemente *um repositório de artefactos*, alguns partidos (particularmente a cerâmica), *bem como de estruturas aparentemente habitacionais*, também elas acompanhadas de artefactos, cuja intenção poderia ser a de “reservar” ou reter os sentidos ou significados que lhes eram atribuídos, tal como acontece no encerramento do recinto superior.

Com a nova proposta de construção do Talude externo (TE) entre 2500-2300/2200 AC, quer dizer em data posterior à da ocupação da plataforma inferior, podemos interpretar este material arqueológico como proveniente da ocupação desenvolvida naquela plataforma entre cerca de 2860/2700-2470 AC.

Temos assim, em resumo, uma sequência que parte da delimitação pétreo do recinto superior, por meio dum talude (TI) que cremos encimado por um muro, enquanto a plataforma inferior (PI) é ocupada com finalidades predominantemente habitacionais, entre cerca de 2800-2500 AC. É ainda neste período que se processa a “ocupação” e encerramento intencional do recinto superior, independentemente deste ter continuado a ser usado com finalidades que não deixaram vestígios arqueológicos pois não manipularam de forma física ou duradoura este espaço. Entre 2500 e 2300/2200 AC inicia-se a construção do Talude externo (TE), para onde foram “deslocados” sedimentos da plataforma inferior (PI), o que poderá ter implicado ali a destruição de algumas estruturas. Nesta fase consideramos que o recinto interno estaria já arquitectonicamente encerrado (Fig. 6), e o novo talude construído (TE) transformaria a plataforma inferior em recinto delimitado por uma grande rampa pétreo e presumivelmente por um novo muro de terra (Fig. 2).

Este talude externo (TE) ao marcar de modo categórico a fronteira com o exterior (pela sua largura e extensão), ganha um peso formal tão forte como o do Talude interno (TI), que se destacava pela sua grande altura e grande inclinação (Fig. 4). O efeito cénico do Talude externo é ainda reforçado pelo facto de na zona periférica terem sido colocados, no início da sua construção, estruturas pétreas peculiares: na zona norte foram alinhados grandes blocos de quartzito (que parecem verdadeiros penedos) de modo a criar uma fachada “megalítica”; na zona leste foi criada uma área *sui generis*, marcada pela colocação de lajes ou blocos alongados na vertical, a partir da qual se desenvolve a rampa do talude (e que inicialmente, antes da escavação, confundimos com um “campo de pedras fincadas” da I. do Ferro).

Num momento construtivo terminal, para o qual não dispomos de datas absolutas, o muro exterior terá sido destruído

e o talude externo terá sido alteado, avançando pela plataforma inferior, ou recinto inferior, encerrando definitivamente, cremos, esta área com características ainda habitacionais. As Entradas sul e norte, que se delineiam neste momento de condenação do recinto exterior, fazem supor que o sítio terá continuado a ser frequentado.

É provável que estas entradas, particularmente na zona norte, tenham existido desde a ocupação “doméstica” da plataforma inferior, mas serão necessárias mais escavações no sentido de precisar esta ideia.

4. ALGUMAS NOTAS FINAIS

(Consultar Figura 8).

A exposição feita ao longo deste texto materializa a hipótese interpretativa mais viável que nos permite o estudo arqueológico do Crasto bem como as suas datas absolutas. Mas, como se vê, são muitas ainda as dúvidas levantadas, e, na realidade, a sequência da ocupação/construção do sítio não foi ainda deslindada no seu pormenor, pelo que serão necessárias mais escavações, particularmente no recinto superior, aquele melhor conservado.

Segundo esta proposta cronológica, então poderemos interpretar a mega-construção que é o Crasto no Calcolítico, como um projecto em construção que teria partido dum modelo simples de monumentalização da plataforma superior. Parece ser assim em torno do recinto superior, ou tendo este como eixo, que, durante cerca de 500-600 anos (entre cerca de 2800-2200 AC) se desenvolvem acções de variada índole, construtivas e não construtivas e que dão afinal corpo a um “projecto-acção”, por certo não definido à partida, mas que ampliou espectacularmente o modelo inicial, para terminar numa arquitectura encerrada sobre si própria (mas espectacular para o exterior), sendo que esse encerramento ou condenação paulatina, por se verificar desde os momentos iniciais, deveria constituir um modelo de acção que acompanhou todo o processo.

Já havíamos feito notar que nas construções peninsulares desta época se torna difícil distinguir entre modelos e projectos (maioritariamente por falta de escavações extensivas), embora no caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (V. N. Foz Côa – Alto Douro) (S. Jorge, 2002) e o Zambujal (Torres Vedras, Estremadura) (Kunst, 1995), tal como no Crasto de Palheiros, se possam assumir como projectos em curso (Sanchez, 2003).

Este facto não põe em causa a nossa interpretação anterior do Crasto e que é a de que os dois recintos, na sua tridimensionalidade, mimetizam, no seu momento terminal, o sítio e a sua paisagem periférica, sobre a qual se exerceria a acção social e política.

Relacionando a cronologia do Crasto com as estações

periféricas e particularmente com os níveis de armazenamento (e de destruição pelo fogo) do vizinho abrigo do Buraco da Pala (I e II), que se avista nas proximidades, chegamos a uma conclusão interessante.

A maior probabilidade cronológica dos níveis de armazenamento no B. da Pala situa-se entre 2800 e 2500 AC⁸, quer dizer, no momento em que a crista do Crasto começa a ser monumentalizada por meio da delimitação e encerramento do Recinto superior, bem como pela ocupação da plataforma inferior. Ambos os sítios têm características diferentes e por certo responderiam a necessidades políticas e sociais diversas ao nível regional. Mas em ambos se registam frequências temporárias, por certo mais curtas no B. da Pala; em ambos se aprisionam memórias, mas estas implicam uma destruição de grande escala de produtos agrícolas e coletados no B. da Pala. Devido às práticas de que temos registo no B. da Pala, e dado o limitado espaço disponível no seu interior, é provável que este abrigo fosse de acesso socialmente mais restrito do que o Crasto de Palheiros.

Porém, a partir de 2500 AC, a grande ampliação do monumento pétreo que é Crasto, através da construção do talude exterior, já decorre num período em que o Buraco da Pala já não seria mais frequentado, mas manter-se-ia provavelmente como memória.

Também devemos referir que o encerramento da vizinha Mamoia 1 do Castelo (dólmen de vestíbulo), monumento ligado directamente ao culto dos ancestrais, é contemporânea das supracitadas ocupações de Buraco da Pala e Crasto de Palheiros. Tal situação poria em confronto tradições comunitárias que teriam como *pivot* o culto dos ancestrais, ligados a territórios específicos, com novas orientações políticas, identitárias, emergentes, que incidem em territórios mais amplos e possivelmente mais densamente povoados. Talvez um dos modos de desviar o conflito latente tivesse sido o de manter ainda durante a primeira metade do 3.º mil. as tradições funerárias que vinham do 4.º milénio, adoptando, na construção do Crasto, procedimentos técnicos e rituais correntes naqueles monumentos. Na realidade, ao olhar um talude, vemos os procedimentos técnicos da construção e escoramento de mamoias; vemos ainda que estes taludes passam a encerrar, dum modo permanente, e “concentrado”, o somatório de memórias de acções e práticas, que se verificam em menor escala na construção e encerramento dos dólmenes. Porém, ao contrário dos dólmenes onde se guardam/escondem sobretudo artefactos, no Crasto guardam-se/escondem-se também produtos da actividade agrícola (tal como no B. Pala) e possivelmente pastoril.

Ainda o uso do fogo na construção dos taludes (verificado massivamente na construção do Talude exterior norte), responde a tradições bem alicerçadas regionalmente na construção (e também no encerramento) dos dólmenes locais (Sanches e Nunes, 2004).

Estes apontamentos resultam duma reflexão sobre comunidades do 4.º e 3.º mil. AC cujo funcionamento social e político estamos ainda muito longe de compreender, e sobre cujo quadro ainda não lançámos mais do que umas pinceladas impressionistas.

V. N. de Gaia, Fevereiro de 2005

AGRADECIMENTOS

Agradece-se a Pedro Rafael Moraes e a Susana Andreia Nunes a ajuda na calibração das datas de radiocarbono, bem como na realização dos quadros e Figuras 7 e 8.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BRADLEY, R.
1998. *The Significance of Monuments*. Routledge.
- FIGUEIRAL, I.
2005. Crasto de Palheiros (Murça, NE Portugal): a exploração dos recursos vegetais durante o III.º e I.º milénios. In M. J. Sanches (Coord.), *Crasto de Palheiros – Murça (Vila Real). Resultados das Escavações de 1995-2004*. Câmara Municipal de Murça (no prelo).
- JORGE, S. O.
2002. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. *Património-Estudos*, 3: 145-164.
- KUNST, M.
1995. Central places and social complexity in the Iberian Copper Age. In Katina T. Lillios (Ed.), *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, pp. 32-43. Michigan, International Monographs in Prehistory [Archaeological Series, 8].
- SANCHES, MARIA J.
1997. *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, Vols. I e II. Textos, 1. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
2000. As gerações, a memória e a territorialização em Trás-os-Montes (V.º-II.º mil. AC). Uma primeira aproximação ao problema. In *Actas do III.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vila Real, Vol. IV, pp. 123-145. Porto, ADECAP.
2000-2001. O Crasto de Palheiros (Murça): do Calcolítico à Idade do Ferro. *Portugália*, nova série, 21-22: 5-40.
2003. Crasto de Palheiros – Murça. Reflexões sobre as condições de estudo e de interpretação duma mega-arquitectura pré-histórica do Norte de Portugal. In S. O. Jorge (Coord.), *Recintos Murados da Pré-história Recente*, pp. 115-18. Porto-Coimbra, DCTP-FLUP.
2004. Crasto de Palheiros – Murça. Considerations on the study and interpretation of a prehistoric mega-construction. *Journal of Iberian Archaeology*, 6: 117-145.
- SANCHES, M. J. & NUNES, S. A.
2004. Resultados da escavação da Mamoia d'Alagoa (Toubres-Jou), Murça (Trás-os-Montes). *Portugália*, 25: 5-42.

⁸ Valor resultante da combinação estatística de várias datas (Sanches, 1997).

QUADRO 1. Talude Exterior Norte (vala 1): 1, 2, 3, 4, 5 – base do talude (bt); 6 – construção do talude (ct).

N.º	Zona	Amostra	Contexto	Ref. Lab.	Datação BP	Calibração AC						Natureza amostra
						Método A		Método B				
						1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%	
1	TEN-bt	UET-02-14	Lx. 20.6 (28/39)	Ua-22213	3935±45	2472-2349	2567-2292	2547-2543 2489-2478 2474-2397 2384-2344	2,0 5,8 64,1 28,1	2567-2519 2499-2292	10,3 89,7	Vegetais carbonizados
2	TEN-bt	UET-02-15.1	Lx. 20.1 (28/39)	Ua-22214	3460±45	1877-1691	1884-1641	1877-1841 1826-1821 1814-1797 1780-1736 1713-1692	29,0 3,2 12,3 38,9 16,6	1885-1681 1669-1660 1649-1640	97,9 1,0 1,1	Vegetais carbonizados
3	TEN-bt	UET-02-18	Lx. 20.1 (29/39)	Ua-22215	3305±45	1680-1520	1726-1459	1678-1672 1655-1654 1624-1521	4,6 0,7 94,7	1726-1724 1689-1493 1476-1459	0,2 97,7 0,21	Vegetais carbonizados
4	TEN-bt	UET-02-19	Lx. 20.1 (29/39)	Ua-22216	2110±45	198-187	350-1	197-191 176-87 81-54	4,2 76,1 19,7	351-315 313-300 230-219 209-37 333-19 12-0 AD	6,8 1,0 1,3 87,5 1,5 1,8	Vegetais carbonizados
5	TEN-bt	UET-03-11	Lx. 20.4 (28/39)	Ua-22882	2110±45	198-187	350-1	197-191 176-87 81-54	4,2 76,1 19,7	351-315 313-300 230-219 209-37 333-19 12-0 AD	6,8 1,0 1,3 87,5 1,5 1,8	Vegetais carbonizados
6	TEN-ct	UET-02-20	Lx. 28.1 (29/39)	Ua-22217	2840±45	1046-922	1187-897	1048-965 964-920	65,7 34,3	1206-1204 1188-1181 1150-1144 1129-896 876-859 849-844	0,1 0,9 0,6 96,9 1,3 0,3	Vegetais carbonizados

QUADRO 2. Recinto Inferior: Plataforma inferior Leste (PIL) e Base do Talude exterior Leste (TEL).

N.º	Zona	Amostra	Contexto	Ref. Lab.	Datação BP	Calibração AC						Natureza amostra
						Método A		Método B				
						1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%	
1	PIL	UET-98-101 (W10/11)	Lx. 41.2	CSIC-1617	4046±29	2618-2496	2828-2472	2619-2610	9,8	2658-2652	1,4	Vegetais carbonizados
								2596-2593	3,7	2622-2606	10,5	
								2583-2558	32,9	2604-2486	85,0	
								2536-2495	53,6	2483-2473	3,1	
2	PIL	UET-00-1 (Y13/14/15)	Lx. 112	Ua-18528	4060±50	2830-2494	2861-2467	2835-2819	7,9	2860-2810	12,1	Vegetais carbonizados
								2663-2648	8,1	2754-2722	4,3	
								2630-2550	52,1	2701-2468	83,6	
								2542-2490	31,5			
								2475-2475	0,4			
3	PIL	UET-02-10 (X15)	Lx. 109.2	Ua-22212	4065±45	2830-2497	2860-2470	2835-2819	8,7	2859-2811	12,6	Vegetais carbonizados
								2663-2648	8,9	2749-2723	3,4	
								2634-2555	54,4	2699-2471	84,0	
								2538-2494	28,0			
4	PIL	UET-00-2 (Y14)	Lx. 118	Ua-18529	3920±50	2470-2311	2565-2210	2470-2395	57,8	2565-2521	6,1	Vegetais carbonizados
								2394-2337	38,5	2498-2281	90,7	
								2319-2312	3,7	2250-2232	2,3	
										2218-2210	0,9	
5	TEL-bt	UET-03-41.2	Lx. 148.4	Ua-23616	3895±50	2466-2292	2549-2202	2461-2330	91,7	2546-2544	0,2	Vegetais carbonizados
								2322-2309	8,3	2488-2479	1,0	
										2474-2267	89,2	
										2262-2203	9,7	

QUADRO 3. Recinto superior: Plataforma Superior Leste (PSL) e Plataforma Superior Norte (PSN).

N.º	Zona	Amostra	Contexto	Ref. Lab.	Datação BP	Calibração AC						Natureza amostra
						Método A		Método B				
						1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%	
1	PSL	CP-97-17	Lx. 20.4	CSIC-1280	4087±34	2835-2504	2860-2496	2841-2816	17,7	2861-2809	19,3	Vegetais carbonizados
								2668-2645	17,0	2756-2721	5,9	
								2644-2573	59,5	2702-2559	66,1	
								2512-2502	5,9	2536-2529	0,6	
										2524-2495	8,1	
2	PSL	CP-95-6	Lx. 9	CSIC-1216	3729±39	2198-2038	2277-1981	2197-2163	28,7	2278-2253	3,6	Vegetais carbonizados
								2146-2120	21,4	2229-2221	1,0	
								2097-2039	50,0	2206-2023	93,1	
										1996-1980	2,3	
3	PSN	UIT-03-46	Lx. 40.1 (47/20)	Ua-22884	4035±35	2619-2473	2838-2465	2618-2611	6,3	2855-2814	5,2	Vegetais carbonizados
								2596-2593	1,3	2695-2695	0,1	
								2582-2487	86,8	2677-2462	94,8	
								2481-2474	5,6			
4	PSN	UIT-02-5.1	Lx. 30 (44/19)	Ua-22883	2000±45	45-56 AD	107-118 AD	45-33 AD	82,2	147-145	0,2	Vegetais carbonizados
								37-55 AD	17,8	145-142	0,3	
										113-86 AD	97,0	
										101-123 AD	0,25	

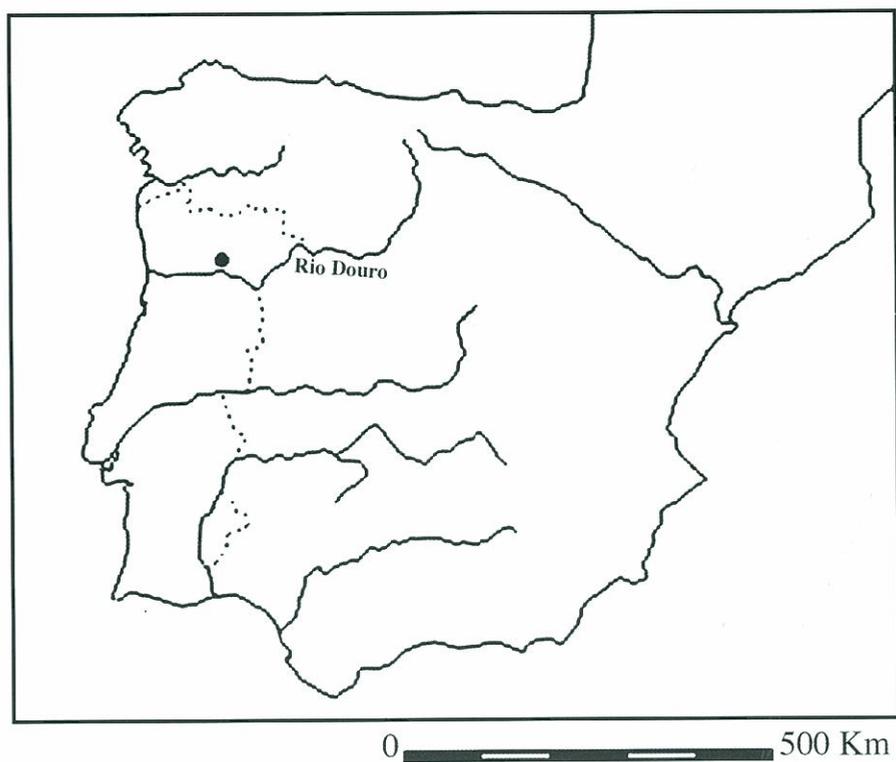


FIGURA 1. Localização do Crasto na P. Ibérica.



FIGURA 2. Crasto visto de leste (2003).

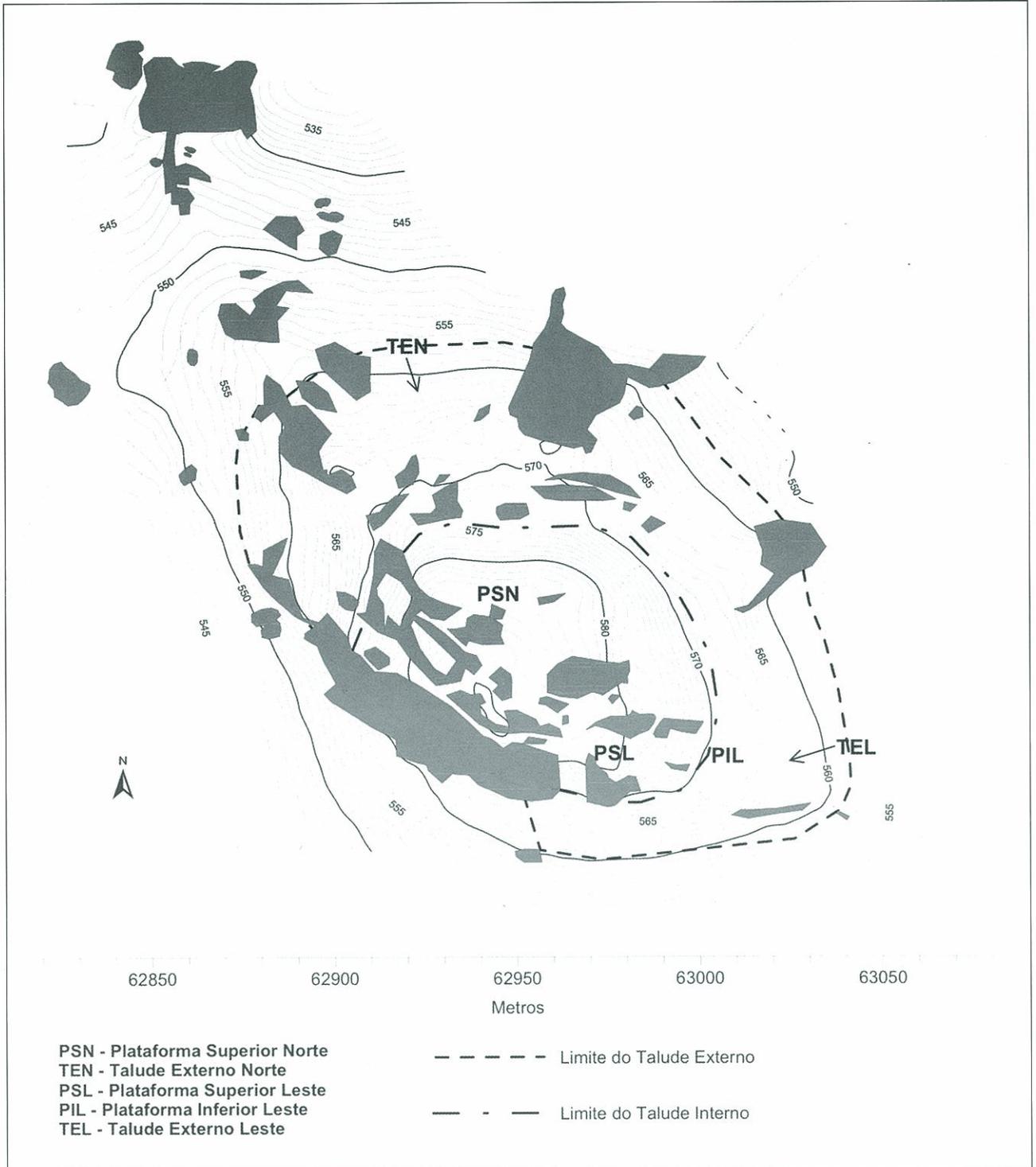


FIGURA 3. Planta topográfica do Crasto de Palheiros, equidistância das curvas é de 1 m. Localização das áreas arqueológicas para as quais se apresentam datações absolutas. (Levantamento da C. M. Murça, adaptado por Rafael Morais).



FIGURA 4. Aspecto da escavação do Talude interno norte (2002).



FIGURA 5. Topo do Talude interno leste, antes de avançar pela plataforma adentro (1996). O remate aplanado do talude parece desenhar-se como a base de assentamento dum muro de terra e materiais perecíveis.



FIGURA 6. Topo do Talude interno norte após ter avançado por sobre a respectiva plataforma (condenação da plataforma) (2002).

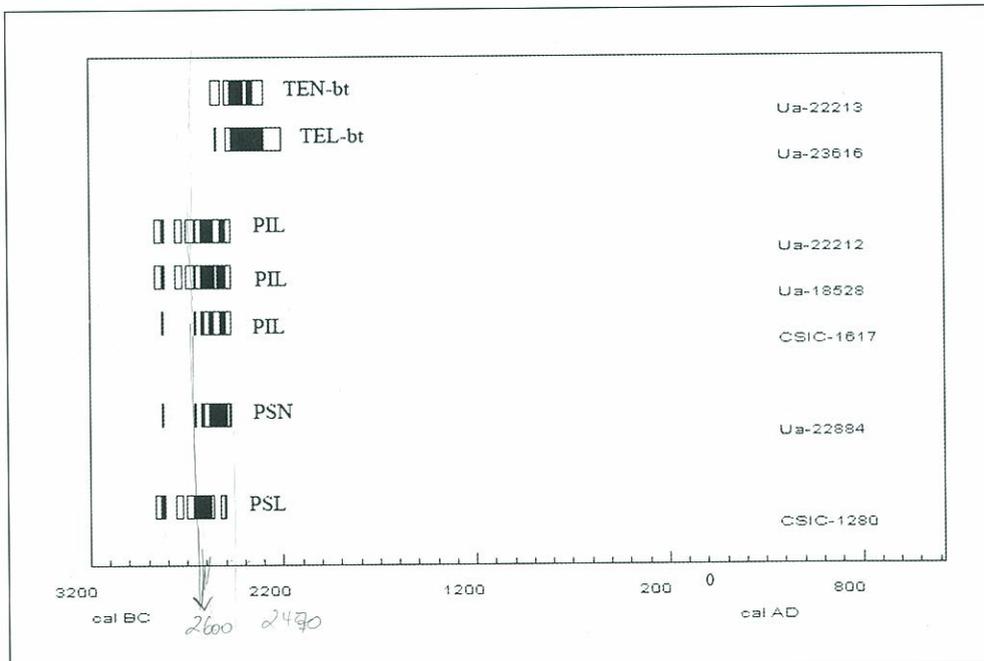


FIGURA 7. Gráfico com os resultados da calibração das datas de radiocarbono.

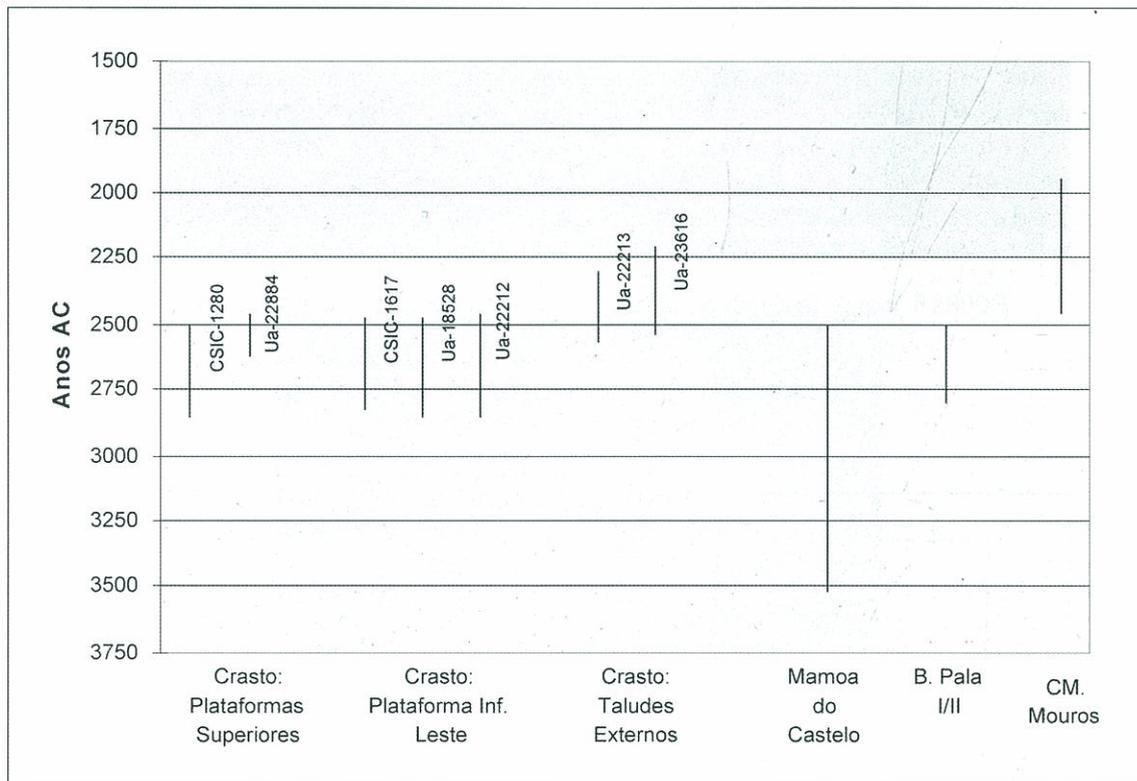


FIGURA 8. Resultados das datações por Radiocarbono.